

**Relatório Executivo**

# **Evidências e recomendações para políticas públicas de arte, cultura e educação**



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA  
CULTURA

GOVERNO DO  
**BRASIL**  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO



# Apresentação

A articulação entre arte, cultura e educação é um dos eixos estratégicos para promover o desenvolvimento integral, fortalecer a equidade na educação e ampliar o direito à cultura no Brasil. Mais do que campos complementares, devem ser vistas como dimensões interdependentes das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento humano, à participação social e à consolidação da democracia cultural.

Nesse contexto, a escola, por seu lugar estratégico, é simultaneamente espaço central de formação e desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens e porta de entrada para o acesso à arte e à cultura.

Foto: Letícia Vieira



A intersecção entre educação, arte e cultura no âmbito da educação formal parte do princípio do benefício mútuo: integradas, potencializam, estimulam e aperfeiçoam o desenvolvimento integral (cognitivo, emocional, social e cultural) dos estudantes. Articular esses campos significa ampliar tempos, espaços e linguagens da aprendizagem, promovendo a integração de currículos, saberes, territórios e experiências culturais significativas. Trata-se, portanto, de contribuir para uma educação de qualidade, equitativa e integrada.

Embora tais benefícios sejam amplamente reconhecidos por educadores e gestores, a construção de políticas públicas intersetoriais que articulem arte, cultura e educação permanece um desafio. Apesar do acúmulo de experiências e iniciativas, persistem lacunas quanto à produção de evidências consistentes que subsidiem a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas públicas capazes de garantir, de modo efetivo, o desenvolvimento integral das crianças, dos adolescentes e dos jovens.

Foto: Letícia Vieira



Este relatório executivo resulta da articulação de quatro estudos complementares que compõem a coletânea “Intersetorialidades: Evidências em arte, cultura e educação”. Tais estudos foram desenvolvidos no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica nº 18/24, assinado entre o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Cultura (MinC), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e a Fundação Itaú. A coletânea é composta por quatro volumes disponíveis para acesso on-line

Abrindo a coleção, o Estudo para a Construção de Políticas Públicas de Arte, Cultura e Educação é um policy briefing elaborado pela OCDE, no âmbito do Education Policy Outlook, publicado no Brasil em 2025. O documento oferece referenciais internacionais — com destaque para experiências da Colômbia, França e Alemanha — e diretrizes estratégicas para fortalecer a educação em artes e cultura, com ênfase na governança intersetorial e na garantia de acesso equitativo às experiências artísticas e culturais na educação básica.

O volume II, “Intersetorialidades: Aprendizados a partir de análise dos dados de Cultura e Educação”, apresenta a investigação de bases de dados educacionais e de cultura. Parte dos dados do INEP, especialmente do Censo Escolar e do SAEB, combinando-os com informações do MinC sobre os Pontos de Cultura. O estudo propõe análises estatísticas para compreender como a inserção de atividades artísticas no cotidiano escolar e o acesso de estudantes a equipamentos culturais em seus territórios podem trazer ganhos para o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens.

Já o “Intersetorialidades: Mapeamento de experiências em arte, cultura e educação”, terceiro volume da coleção, possui uma abordagem qualitativa e territorializada. Teve como objetivo mapear, analisar e sistematizar experiências de articulação entre arte, cultura e educação, desenvolvidas tanto pelo poder público quanto pela sociedade civil. O estudo procurou identificar aprendizados, desafios e arranjos institucionais capazes de inspirar a formulação e o aprimoramento de políticas públicas intersetoriais voltadas à formação integral de crianças, jovens e adolescentes. Executado em parceria com o Centro Brasileiro de Análises e Planejamento (Cebap), o estudo foi realizado por meio de documentos oficiais, artigos acadêmicos e outras informações disponíveis sobre as experiências escolhidas.

Visando aprofundar o debate sobre experiências brasileiras que articulam arte, cultura e educação, o quarto volume “Intersetorialidades: Estudos de caso em arte, cultura e educação no Brasil” foi produzido em parceria com a Tomara! Educação e Cultura. O estudo evidencia como diferentes arranjos institucionais, metodológicos e comunitários podem inspirar políticas públicas mais integradas e sensíveis aos territórios. A abordagem metodológica, focada na pesquisa de campo, permitiu compreender não apenas os resultados das experiências, mas também seus processos de implementação, governança, relação com os territórios e estratégias pedagógicas, a partir do olhar dos envolvidos no cotidiano das instituições.

Em todos os estudos, a cultura é compreendida em sua diversidade, abrangendo práticas artísticas desenvolvidas no interior das escolas ou iniciativas culturais que acontecem em equipamentos públicos e organizações da sociedade civil dos territórios. Práticas culturais comunitárias, saberes tradicionais e manifestações populares se somam a produções contemporâneas que trabalham com diferentes linguagens (artes visuais, música, dança, teatro, literatura e artes integradas), constituindo uma ampla oferta cultural, fundamental para a construção de identidades, vínculos e sentidos de pertencimento.

Desse modo, ao sintetizar evidências provenientes das quatro publicações, de referenciais internacionais e da análise de experiências concretas, este relatório tem por objetivo subsidiar o planejamento, a implementação e a avaliação de políticas públicas intersetoriais voltadas à garantia do direito à arte, à cultura e à educação. Ele está organizado em duas partes que se complementam. Inicialmente, apresenta-se uma síntese dos principais achados dos estudos acima descritos. Em seguida, reúne-se um conjunto de recomendações destinadas a subsidiar a construção, o aprimoramento e a qualificação de políticas públicas interseoriais nas áreas de educação e cultura.



# Carta ao leitor

Educação e cultura são caminhos inseparáveis para a construção de um Brasil mais justo, democrático e plural. É com essa convicção que apresentamos esta coletânea de estudos, fruto do trabalho conjunto entre o Ministério da Educação, o Ministério da Cultura, e o Inep. Este documento expressa uma escolha política inconfundível de colocar a formação integral das nossas crianças e dos nossos jovens no centro das políticas públicas.

Nesse contexto, o MEC e o MinC têm buscado construir ações concretas em conjunto, reconhecendo que a escola é também espaço de vivência cultural, de descoberta de talentos e de ampliação de horizontes. Essa articulação intersetorial fortalece o pacto federativo e amplia a capacidade dos estados e municípios de implementar políticas conectadas com os territórios e com quem produz cultura neste país.

Os estudos aqui reunidos analisam os impactos de programas e projetos de arte e cultura no desempenho acadêmico, na permanência e na trajetória escolar, bem como no desenvolvimento socioemocional e cognitivo dos estudantes. As evidências indicam que o acesso a experiências culturais qualificadas contribui para o engajamento com a escola, para a melhoria das aprendizagens e para a construção de repertórios que influenciam diretamente o projeto de vida dos nossos jovens.

Ao sistematizar resultados e apresentar sínteses dos principais achados, esta publicação oferece informações para o aprimoramento das políticas de Educação integral. A produção de dados, indicadores e análises consistentes é fundamental para que possamos avançar com políticas públicas baseadas em evidências, com foco na equidade e na superação das desigualdades educacionais e culturais.

A política da Escola em Tempo Integral, uma das mais importantes aprovadas pelo Congresso Nacional nos últimos anos, é eixo estruturante da

concepção de educação integral. Com o trabalho do governo do Presidente Lula, um em cada quatro estudantes da educação básica estuda em uma escola em tempo integral segura, com alimentação adequada e tempo para desenvolver atividades culturais, artísticas e esportivas.

Hoje, 91% dos municípios brasileiros já registram iniciativas próprias nessa área, um salto expressivo em relação a 2023, quando apenas 17% das cidades desenvolviam ações estruturadas. A taxa de matrículas em tempo integral na educação básica, que era de cerca de 18,2% em 2022, subiu para 25,8% em 2025, superando a meta do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024.

Ao ampliar o tempo na escola, as experiências formativas e as oportunidades, a educação passa a olhar de forma mais ampla para o projeto de vida do estudante. Esse é, para nós, o modelo mais consistente de escola de educação básica para um país que cresce.

Esta coletânea é parte desse esforço. Acreditamos que, com evidências e referenciais estruturados para a integração entre educação e cultura, contribuimos para consolidar políticas capazes de transformar vidas e ampliar oportunidades em todo o Brasil.

Viva a educação e viva a cultura!

**Leonardo Barchini**

Ministro de Estado da Educação

# Carta ao leitor

## Cultura e educação: arte como direito e caminho para a formação integral

É com entusiasmo que o Ministério da Cultura em parceria com o Ministério da Educação, o Inep e a Fundação Itaú apresentam esta publicação que reúne uma série de estudos sobre as relações entre arte, cultura e educação. Esses estudos revelam o impacto da arte e da cultura no desempenho escolar, no desenvolvimento integral e na socialização de crianças e adolescentes.

Nesta gestão do Ministério da Cultura, nós estamos democratizando o acesso às políticas culturais, garantindo que cheguem a todas as cidades e estados brasileiros. Com isso, estamos cumprindo o que determina a nossa Constituição sobre os direitos culturais — direitos que pertencem a todos e todas, inclusive às crianças, adolescentes e jovens.

A retomada das aulas de arte e cultura na Escola de Tempo Integral é parte desse compromisso. Trata-se de um direito constitucional, e é dever do Estado materializá-lo por meio de políticas públicas concretas. O próprio MEC (Ministério da Educação e Cultura) traz em sua origem a integração entre essas duas áreas. O “C” do MEC é de Cultura, o que reforça a necessidade de que a cultura esteja presente dentro da escola.

A arte e a cultura cumprem um papel fundamental na vida do ser humano, pois despertam nossas habilidades sensoriais e ampliam nossa capacidade de pensar, refletir, imaginar, criar e materializar nossas potencialidades. Todo ser humano traz em si a possibilidade de acessar suas qualidades artísticas, e encontrar essas ferramentas no ambiente escolar tem também uma dimensão de desenvolvimento pessoal, que contribui positivamente para a formação do caráter e das qualidades necessárias à vida em sociedade.

Quando a cultura e a arte estão presentes nas escolas, trabalhamos não

apenas o conhecimento, mas também o sentimento. Por meio da música, da poesia, do teatro, da dança e do circo — expressões que carregam as referências da nossa cultura e revelam as nossas belezas — que fortalecemos a identidade do povo brasileiro. Isso aconteceu comigo e com muitos outros jovens que naquele momento tiveram aulas de arte e cultura na nossa trajetória escolar.

Que este acordo e esta coletânea representem o início – ou o reforço – de uma política de Estado transversal, duradoura e inclusiva. Uma política que reconhece a escola como espaço de democratização dos direitos culturais e a cultura como caminho para uma educação integral de qualidade, emancipadora e democrática. Que cada escola, cada biblioteca, cada espaço educativo, cada estudante seja a semente e o fruto de um Brasil mais justo, criativo e diverso. É com essa esperança e com esse compromisso que convido todas e todos a conhecerem os dados apresentados e a se somarem à construção de um país em que nenhuma criança e nenhum adolescente fique longe da escola, da arte, da leitura e da cultura.

**Margareth Menezes**

Ministra de Estado da Cultura

# Carta ao leitor

## **A interdependência que transforma: a aliança entre arte, cultura e educação**

Somos definidos pelas conexões que tecemos. Elas ganham potência quando conhecimentos, saberes, pessoas, territórios e instituições confluem para produzir transformação social. Tomar a diversidade na sua dimensão afirmativa, reconhecer a diferença como motor dos processos educativos e culturais: eis o ponto de partida. Se essa articulação falha, todo o resto falhará.

Ancorados nos sentidos de cooperação, coexistência e colaboração, apresentamos a coletânea Intersetorialidades: Evidências em arte, cultura e educação. Esta obra em quatro volumes é fruto de um Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Fundação Itaú, o Ministério da Educação, o INEP e o Ministério da Cultura. Mais do que um registro institucional, ela materializa uma atuação em rede com intencionalidade clara: produzir e compartilhar conhecimento que garanta o direito de acesso à arte, à cultura e à educação.

Do diálogo internacional à análise de microdados educacionais, do mapeamento de iniciativas em escolas quilombolas e periferias urbanas aos saberes ancestrais de mestres de cultura, esta coletânea atravessa territórios, vozes e experiências que raramente se encontram no mesmo espaço.

A disparidade nas oportunidades de formação cultural persiste como ferida aberta. Filhos de famílias de maior renda acessam teatro, música, dança e artes visuais como parte estruturante de sua educação. Filhos de famílias pobres, quando alcançam algum contato com a cultura, frequentemente o vivenciam apenas como fruição esporádica e já se sentem privilegiados. A construção de repertórios mais amplos passa pela escola. A formação cultural plena, capaz de constituir sujeitos, exige que arte e educação caminhem juntas.

Durante muito tempo, o debate sobre cultura se restringiu ao simbólico, enquanto a discussão sobre trabalho girou em torno de produtividade e empregabilidade. A economia do conhecimento derrubou de forma definitiva essa fronteira. Criatividade, pensamento crítico, colaboração, capacidade analítica e imaginação passaram a pesar no desenvolvimento de uma nação. Há um ambiente onde esse encontro se mostra fecundo: quando educação, arte e cultura se entrelaçam. A aliança entre esses campos reencanta a escola, fortalece territórios, forma cidadãos e prepara jovens para o mundo do trabalho com maior qualificação.

A aproximação entre educação e cultura não pode, contudo, repetir equívocos da lógica instrumental. A educação não deve procurar a cultura somente para melhorar disciplina ou adornar vínculos; à cultura não cabe enxergar a educação apenas como via orçamentária. Tampouco convém a uma desqualificar a outra de forma inconsciente: "lá na sala de aula é chato, aqui na atividade cultural é divertido; lá se bagunça, aqui na escola se aprende". O encontro fecundo nasce quando ambas ganham real consciência de sua amplitude e do poder transformador dessa aliança, capaz de impactar profissionais da educação, alunos, mestres e comunidades.

As famílias brasileiras sabem disso. Pesquisa realizada pelo Datafolha em 2024, a pedido da Fundação Itaú e do Todos Pela Educação, ouviu quase cinco mil pais e responsáveis de estudantes das redes municipais. Mais de 80% apoiam a ampliação de atividades artísticas, esportivas e culturais. A percepção de que cultura e aprendizado caminham juntos se confirma na pesquisa: 95% dos pais avaliam que atividades culturais melhoram o desempenho escolar dos filhos. Os próprios adolescentes confirmam essa demanda. Na Semana da Escuta das Adolescências, promovida pelo MEC em 2024, 2,3 milhões de estudantes dos anos finais do ensino fundamental foram ouvidos. Quase 30% consideram atividades artísticas e culturais igualmente centrais a esporte e bem-estar.

Em tempos de inteligência artificial generativa, mitigação climática e transição demográfica, a pluralidade do nosso povo converte diversidade em força motriz. É justamente a multiplicidade de perspectivas, repertórios e modos de vida que nos prepara para navegar a incerteza. Adaptabilidade e resiliência figuram entre os atributos mais valorizados da contemporaneidade. Pensar a escola integral de tempo integral, na sua plenitude, significa unir saberes, conhecimento e territórios por meio dessa aliança transformadora.

O impacto dos nossos projetos só se sustenta quando os elos da rede estão fortalecidos. Aprender e ensinar. Falar e ouvir. Estabelecer pontes entre poder público, organizações da sociedade civil, universidades, equipamentos culturais, escolas, professores, pesquisadores, produtores, artistas, e público. A Fundação Itaú assume o compromisso de impulsionar iniciativas que apoiem a construção e implementação de políticas intersetoriais robustas, compartilhando conhecimento, experiências e propostas que qualifiquem e ampliem o debate.

No convênio firmado com o MEC e o MinC reside nossa alegria e nossa esperança. Pesquisadores, universidades e especialistas reunidos para produzir evidências robustas sobre essa aliança: presença de arte e cultura nas escolas, impacto na trajetória e no aprendizado dos alunos, construção de competências socioemocionais tão necessárias aos nossos tempos. A prova de algo que já sentimos profundamente: arte, cultura e educação juntas atuam em regime de interdependência, constituem espaços de equidade, formação de sujeitos e aceleração do desenvolvimento social e econômico.

Boa leitura!

**Eduardo Saron**

# 1. Principais achados

Organizadas em quatro publicações, as evidências produzidas convergem para um conjunto articulado de resultados que revelam padrões, desafios estruturais e condições necessárias para consolidar as políticas intersetoriais entre arte, cultura e educação. Os estudos identificam dimensões estruturantes que condicionam a sustentabilidade, a equidade e a efetividade das ações analisadas.

Os principais resultados estão organizados em três eixos de análise: (a) governança, financiamento e coordenação das políticas públicas; (b) território e redes locais de formação artística e cultural; e (c) escola e práticas pedagógicas de arte e cultura. Esses eixos permitem compreender, de forma integrada, tanto os arranjos institucionais que sustentam as políticas quanto seus efeitos pedagógicos e territoriais.

## a. Governança, financiamento e coordenação das políticas públicas

---

As políticas intersetoriais entre arte, cultura e educação ainda não se consolidaram com atribuições claras e equilibradas de papéis e responsabilidades entre distintas pastas nos processos de implementação.

---

Experiências que envolvem gestão compartilhada, escuta ativa e participação dos sujeitos — educadores, artistas, estudantes e comunidades — demonstram maior capacidade de adaptação, engajamento e sustentabilidade ao longo do tempo.

---

---

As experiências indicam impactos que extrapolam o espaço escolar, contribuindo para articular as redes locais, fortalecer a sensação de pertencimento aos territórios e democratizar o direito à cultura de forma geral.

---

A promoção e o financiamento de políticas voltadas às atividades artísticas e culturais no ambiente escolar demandam estratégias de fomento descentralizadas e contínuas, capazes de garantir a sustentabilidade das ações.

---

## **b. O território e as redes locais de aprendizagem cultural**

---

No plano do território, os estudos enfatizam que a educação articulada com arte e cultura se beneficia quando existe um ecossistema local de aprendizagem que envolva escolas, instituições culturais, artistas, organizações da sociedade civil e governos locais.

---

As experiências mais consistentes partem do reconhecimento do território como espaço educativo, valorizando identidades culturais locais, saberes comunitários e práticas já existentes. A articulação entre escola, equipamentos culturais e iniciativas comunitárias amplia o sentido da aprendizagem e fortalece o pertencimento de crianças e jovens.

---

Organizações não governamentais, coletivos culturais, Pontos de Cultura e equipamentos públicos de cultura devem ser vistos tanto como parceiros estratégicos das escolas, quanto como espaços legítimos de formação.

---

As relações com os territórios ainda acontecem de maneira mais informal e isolada do que interdependente e institucionalizada, como parte de uma política pública intersetorial.

---

## c. A escola e as práticas pedagógicas de arte e cultura

---

As experiências analisadas mostram que a presença da arte e da cultura contribui para a inovação pedagógica, o fortalecimento dos vínculos escolares, o desenvolvimento de competências cidadãs, a ampliação de repertórios simbólicos e o reconhecimento dos estudantes como sujeitos criadores. Na educação básica, a presença destas práticas está associada a benefícios cognitivos e socioemocionais dos estudantes, incluindo maior engajamento, pertencimento e permanência na escola.

---

As análises quantitativas identificam associações estatísticas entre a presença de práticas culturais e indicadores educacionais, não configurando evidências de causalidade direta, mas importantes indícios que sugerem oportunidades de aprofundamento.

Observa-se correlação positiva entre melhores desempenho na aprendizagem e indicadores de fluxo (abandono, reprovação e distorção idade-série) em escolas que promovem práticas culturais e artísticas. Os resultados indicam que a presença dessas práticas, bem como a existência de equipamentos culturais no território, pode contribuir para trajetórias escolares mais estáveis.

---

Os resultados sinalizam ainda que esses efeitos tendem a ser mais expressivos em contextos socioeconômicos mais vulneráveis, indicando potencial contribuição das práticas culturais para reduzir desigualdades educacionais.

---

As evidências também indicam que práticas culturais produzem um ambiente pedagógico mais propício ao aprendizado, independente da condição socioeconômica.

---

Entretanto, o acesso a essas oportunidades permanece desigual, favorecendo estudantes de níveis socioeconômicos mais altos.

---

---

Os dados revelam um cenário promissor para incentivar as escolas a incluírem práticas artísticas e culturais na oferta curricular, assim como estabelecer parcerias com instituições culturais do território, frequentar espaços culturais externos à escola, como museus, teatros e centros culturais.

---

Do ponto de vista das políticas públicas, os resultados reforçam a necessidade de tratar as práticas artísticas e culturais não como complementares à formação escolar, mas como dimensões estruturantes e inerentes a todo processo educativo.

---

Embora a arte seja componente obrigatório na educação básica, os dados indicam que sua implementação ainda é desigual no país, com limitações de infraestrutura e fragilidades na formação específica de professores. Isso compromete a oferta consistente das diferentes linguagens artísticas previstas nas diretrizes nacionais.

---

Quando as práticas artísticas e culturais são integradas ao projeto pedagógico da escola, e não tratadas como atividades ocasionais, os efeitos formativos são mais consistentes, especialmente no contexto da educação em tempo integral.

---

A incorporação sistemática dessas práticas ao currículo, articulada a diretrizes pedagógicas explícitas e a mecanismos de acompanhamento, pode ampliar as oportunidades formativas dos estudantes e contribuir para trajetórias escolares mais estáveis e para o desenvolvimento integral.

---

A infraestrutura escolar adequada para o ensino das linguagens artísticas e a disponibilidade de materiais pedagógicos de artes, bem como recursos para frequentar espaços culturais, ainda são inexistentes em grande parte das escolas públicas.

---

A formação e valorização de educadores, artistas e mediadores culturais é condição essencial para a sustentabilidade das ações.

---

Os estudos, a partir do Censo Escolar, indicam limitações no que se refere à ausência de dados estruturados sobre a natureza, a intensidade e a qualidade das experiências artísticas e culturais nas escolas. A falta de indicadores sistemáticos sobre regularidade, intencionalidade pedagógica e qualificação dos profissionais restringe análises mais aprofundadas sobre a relação da arte e da cultura nos processos de aprendizagem.

De forma complementar aos modelos de monitoramento e avaliação que priorizam indicadores quantitativos simples, é fundamental adotar abordagens capazes de captar a complexidade de atividades artísticas e culturais. Isso exige considerar dimensões como o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, o fortalecimento de vínculos, as aprendizagens culturais, a relação com os territórios e a relação com os demais componentes curriculares.

Foto: Letícia Vieira



## 2. Em síntese

- 1** A consolidação de políticas intersetoriais entre educação e cultura ainda enfrenta desafios, mas tais políticas podem ser fortalecidas por meio de arranjos permanentes de governança, definição clara de responsabilidades e coordenação entre áreas e pastas.
- 2** O território é o ponto de partida das experiências bem-sucedidas e constitui eixo estruturante das experiências mais consistentes. Funciona como ecossistema local de aprendizagem que articula escolas, equipamentos culturais e organizações da sociedade civil.
- 3** Organizações da sociedade civil, Pontos de Cultura e iniciativas comunitárias são agentes formativos estratégicos, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade.
- 4** A participação social e a gestão compartilhada fortalecem a sustentabilidade e a efetividade das políticas públicas.
- 5** A integração entre arte e cultura aos currículos escolares e ao projeto pedagógico potencializa o engajamento, a permanência e o desenvolvimento integral dos estudantes.
- 6** As evidências apontam associações positivas entre práticas culturais e indicadores educacionais, com potencial contribuição para reduzir as desigualdades.
- 7** A obrigatoriedade da arte na educação básica ainda é desigual, com limitações de infraestrutura e fragilidades na formação específica de professores.
- 8** Para sustentabilidade das ações é necessário financiamento contínuo, condições adequadas de trabalho e institucionalização das políticas.
- 9** O aprimoramento dos sistemas de monitoramento e produção de dados é condição essencial para qualificar a formulação, a avaliação e o aperfeiçoamento das políticas intersetoriais.

# 3. Recomendações para políticas públicas de arte, cultura e educação

## a. Governança intersetorial e coordenação institucional

### Recomendação 1

**Promover a intersetorialidade e arranjos de governança nas políticas públicas de educação, arte e cultura como estratégia para o desenvolvimento integral dos estudantes e a democratização do direito cultural.**

A articulação entre arte, cultura e educação pode ser incentivada por meio da implementação de políticas intersetoriais, com profissionais de ambas as áreas e com espaços de governança que permitam a atuação conjunta no desenvolvimento das ações. Recomenda-se a estruturação de uma governança compartilhada, com papéis, responsabilidades e atribuições bem definidas entre todos. Sugere-se

também a definição de momentos periódicos de planejamento conjunto, debate contínuo e tomada de decisão, com modo de funcionamento pactuado. É importante partir de metas comuns, incorporadas aos resultados estratégicos, tanto da educação quanto da cultura, fortalecendo a coordenação institucional e a corresponsabilidade entre as pastas.

## Recomendação 2

**Estabelecer marcos legais e normativos que institucionalizem as políticas intersetoriais entre educação e cultura, garantindo a perenidade e a sustentabilidade das ações.**

A institucionalização por meio de leis e decretos é fundamental para que as políticas de educação integral deixem de depender de iniciativas pontuais

e se consolidem como políticas de Estado, com continuidade administrativa e previsibilidade orçamentária.

## Recomendação 3

**Fortalecer a coordenação federativa das políticas.**

A articulação entre políticas federais, estaduais e municipais de educação e cultura constitui condição relevante para assegurar coerência, continuidade e maior efetividade das ações. O fortalecimento da coordenação federativa pode contribuir para alinhar estratégias, compartilhar metas e reduzir a

fragmentação decorrente de iniciativas isoladas ou de curto prazo. A construção de agendas comuns, mecanismos de cooperação técnica e instrumentos de planejamento integrados tende a ampliar a capilaridade territorial das políticas e a favorecer maior estabilidade institucional ao longo do tempo.

## Recomendação 4

**Ampliar a participação social na formulação e implementação das políticas.**

A participação de diferentes atores do campo da educação e da cultura fortalece a legitimidade, a sustentabilidade e a qualidade das políticas públicas. A incorporação de escolas, equipamentos culturais, Pontos de Cultura, famílias, organizações da sociedade civil, gestores públicos e instâncias legislativas permite articular múltiplas experiências, saberes e capacidades institucionais. O

reconhecimento e a valorização dessa diversidade de arranjos institucionais favorecem a construção de redes colaborativas e a atuação coordenada entre os diferentes sujeitos envolvidos. E, assim, é possível ampliar as possibilidades de garantir o direito à educação e à cultura por meio de ações integradas e territorialmente contextualizadas.

## b. Financiamento, sustentabilidade e continuidade

### Recomendação 5

**Assegurar financiamento estruturado, descentralizado e plurianual com investimento em infraestrutura.**

Desenvolver estratégias de financiamento público contínuo e previsível, combinando instrumentos de cofinanciamento, parcerias intersetoriais e arranjos federativos que ampliem a capilaridade territorial e a sustentabilidade das ações. A sustentabilidade das políticas de arte, cultura e educação depende da adoção de mecanismos de financiamento contínuo e plurianual, que superem a lógica de editais esporádicos e assegurem maior estabilidade institucional e capacidade de planejamento de médio e longo prazo. Esse financiamento deve contemplar não apenas a manutenção das ações, mas também

investimentos estruturais que garantam condições materiais adequadas para a oferta das diferentes linguagens artísticas na educação básica, como dispõe a LDB em seu artigo 26, §§ 2º e 6º (música, dança, teatro e artes visuais), em consonância com as diretrizes curriculares nacionais. Isso envolve a destinação de recursos específicos e estáveis para infraestrutura (salas multiuso, auditórios, estúdios e espaços apropriados), aquisição de instrumentos e materiais, formação e contratação de profissionais especializados, além de viabilizar o acesso a equipamentos e instituições culturais nos territórios.

## c. Território e redes locais de aprendizagem cultural

### Recomendação 6

**Reconhecer o território como espaço educativo.**

Formular políticas que partam do território como eixo estruturante, valorizando identidades culturais locais, saberes comunitários e práticas já existentes. A articulação entre escola, equipamentos culturais

e iniciativas comunitárias amplia os sentidos da aprendizagem e fortalece o pertencimento. As estratégias de implementação devem ser adaptadas aos contextos locais.

## Recomendação 7

**Vincular a formação cultural e artística a estratégias de empreendedorismo social e desenvolvimento econômico local para garantir a permanência de talentos no território.**

A articulação entre políticas de formação cultural e artística e iniciativas de empreendedorismo social e desenvolvimento econômico local amplia as oportunidades de trabalho e renda e favorece

a permanência de talentos nos territórios. Dessa forma, as políticas públicas de cultura podem ir além da fruição artística, integrando-se a estratégias de sustentabilidade comunitária e economia da cultura.

## Recomendação 8

**Fortalecer parcerias entre escolas e equipamentos culturais.**

Estimular parcerias estruturadas e sustentáveis entre escolas, Pontos de Cultura, museus, centros culturais, coletivos e organizações da sociedade civil, ampliando os tempos e espaços de aprendizagem dentro e fora da escola. Ainda que as políticas

públicas sejam nacionais e abrangentes, os setores e instituições locais de cultura e educação podem exercer um papel preponderante na articulação dessas áreas e permitir que os estudantes circulem em espaços de produção artística.

## Recomendação 9

**Reconhecer e incorporar o notório saber de mestres e artistas nas políticas intersetoriais.**

Instituir mecanismos que reconheçam o notório saber de mestres, mestras e artistas populares, viabilizando sua participação em ações educativas e culturais, mesmo na ausência de diploma ou registro profissional. Esse reconhecimento permite

incorporar saberes tradicionais e práticas culturais não institucionalizadas às políticas intersetoriais, ampliando repertórios formativos, fortalecendo vínculos com os territórios e valorizando a diversidade cultural brasileira.

## d. Equidade, acesso e redução das desigualdades

### Recomendação 10

**Incorporar a equidade como princípio orientador das políticas, garantindo acesso equitativo às práticas artísticas e culturais nas escolas.**

Adotar critérios explícitos de equidade regional e socioeconômica no desenho, na implementação e na avaliação das políticas de arte e cultura na educação

básica, ampliando o acesso a materiais, espaços e experiências artísticas em todas as escolas públicas.

## e. Integração da arte e da cultura ao projeto educativo

### Recomendação 11

**Tratar a arte e a cultura como dimensões estruturantes da educação.**

Reconhecer as práticas artísticas e culturais como componentes centrais da formação integral, evitando sua redução a ações pontuais ou complementares. A integração sistemática da arte e da cultura

ao currículo e ao projeto pedagógico amplia as oportunidades formativas, fortalece o vínculo dos estudantes com a escola e contribui para trajetórias escolares mais estáveis e significativas.

### Recomendação 12

**Integrar práticas artísticas ao currículo e à educação em tempo integral.**

Articular arte e cultura às propostas curriculares e às políticas de educação integral em tempo integral, garantindo intencionalidade pedagógica, continuidade e diversidade de linguagens, tempos,

ritmos e práticas oferecidos a diferentes etapas e modalidades de ensino. A integração curricular potencializa impactos cognitivos, socioemocionais e culturais.

## Recomendação 13

**Promover projetos político-pedagógicos construídos a partir de uma perspectiva coletiva, com forte diálogo com o território e centrados no conceito de educação integral.**

Orientar a construção de projetos pedagógicos por princípios como a horizontalidade, a equidade, a valorização dos diferentes saberes e a gestão participativa. Incorporar aos PPPs dimensões como a oralidade, a ludicidade, o diálogo intergeracional

e a perspectiva ambiental. Alinhar essas propostas à Lei de Diretrizes e Bases, à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e às diretrizes da educação integral, assegurando a escuta dos mestres e mestras locais em consonância às leis 10.639/03 e 11.645/08.

## f. Formação, valorização e condições de trabalho

### Recomendação 14

**Investir na formação de professores, artistas e mediadores culturais.**

Garantir a formação inicial e continuada dos profissionais envolvidos, reconhecendo que a qualidade das práticas artísticas e culturais depende

da mediação pedagógica qualificada e do diálogo entre diferentes saberes e trajetórias formativas.

### Recomendação 15

**Garantir condições dignas e sustentáveis de trabalho.**

Reconhecer a importância de promover boas condições de trabalho de educadores, artistas e mediadores culturais como mecanismos de

fortalecimento das políticas públicas de educação e cultura. Assegurar remuneração adequada e estabilidade institucional.

## g. Produção de dados, monitoramento e avaliação

### Recomendação 16

#### **Aprimorar os sistemas de informação educacional e cultural.**

Qualificar os dados e indicadores coletados no Censo Escolar e outras bases públicas, incorporando indicadores sobre regularidade, intencionalidade pedagógica, diversidade das práticas artísticas e qualificação dos profissionais. No campo da cultura, é importante ampliar bases de dados que permitam acompanhar os indicadores de formação

artística, visando observar o impacto e pontos de aperfeiçoamento. É necessário aprimorar o monitoramento da oferta das diferentes linguagens artísticas previstas na legislação educacional, incluindo informações sobre formação específica de docentes, infraestrutura adequada e regularidade das práticas desenvolvidas.

### Recomendação 17

#### **Desenvolver modelos de avaliação compatíveis com a complexidade das experiências culturais.**

Construir modelos de monitoramento e avaliação que integrem indicadores quantitativos e qualitativos, capazes de captar processos, vínculos, aprendizagens culturais e impactos territoriais.

Aperfeiçoar os instrumentos de avaliação permitirá superar métricas simplificadas e ampliar a capacidade analítica sobre a qualidade e a natureza das experiências artísticas e culturais.

## Recomendação 18

### **Fortalecer a produção de evidências e a interoperabilidade de dados para o ciclo de políticas públicas.**

Integrar análises estatísticas, estudos qualitativos e avaliações de implementação aos ciclos completos das políticas públicas, de modo a promover a interoperabilidade das bases de dados dos ministérios da Educação, da Cultura e do Trabalho,

a fim de olhar a criança, o adolescente e o jovem de forma integral. A articulação de dados e evidências permitirá alimentar, de forma sistemática, a formulação, a coordenação e o aperfeiçoamento das políticas de arte, cultura e educação.

## h. Comunicação

## Recomendação 19

### **Assegurar uma comunicação clara, transparente e acessível.**

Garantir uma estratégia de comunicação robusta, didática e contextualizada, capaz de tornar transparentes os objetivos, os modos de execução e os resultados das políticas de arte, cultura e educação para todos os públicos envolvidos. A efetividade de uma política pública depende de sua compreensão por gestores, profissionais, parceiros e beneficiários. Por isso, é fundamental prever e mobilizar diferentes instrumentos de comunicação, adequados a cada público-alvo, como materiais

orientadores, campanhas internas, relatórios e canais de diálogo, que apoiem a implementação e fortaleçam o alinhamento entre os atores. Além disso, a comunicação externa deve assegurar que a sociedade conheça os propósitos, avanços e desafios da política, contribuindo para ampliar sua legitimidade e favorecer o engajamento e a corresponsabilidade na sua continuidade e aperfeiçoamento.

# Conclusão

Os estudos convergem ao indicar que a articulação entre arte, cultura e educação constitui eixo estruturante da formação integral de crianças, adolescentes e jovens, com potencial de promover equidade educacional e ampliar o direito à cultura.

As evidências apontam que a integração sistemática das práticas artísticas ao projeto pedagógico, articulada aos territórios e sustentada por governança intersetorial, financiamento estruturado e monitoramento qualificado, contribui para o engajamento, a permanência e o desenvolvimento cognitivo e socioemocional dos estudantes.

A consolidação dessa agenda requer coordenação federativa, institucionalização normativa, condições adequadas de infraestrutura, valorização profissional e produção integrada de evidências. O conjunto de recomendações apresentado busca orientar a construção de políticas públicas sustentáveis, equitativas e territorialmente contextualizadas, capazes de integrar arte, cultura e educação como dimensões indissociáveis do direito à formação integral.



Foto: Letícia Vieira





Saiba mais em  
**[fundacaoitau.org.br](http://fundacaoitau.org.br)**

## Relatório Executivo

# Evidências e recomendações para políticas públicas de arte, cultura e educação



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA  
CULTURA

GOVERNO DO  
**BRASIL**  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO